

# Fronteiras da Antiguidade: algumas leituras e discussões historiográficas sobre o período que medeia a Antiguidade e a Idade Média

José D'Assunção Barros<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo busca examinar algumas interpretações e perspectivas sob as quais se pode ou tem sido examinada a questão da passagem da Antiguidade Greco-Romana para a Civilização Medieval no ocidente europeu, atentando para as oscilações historiográficas produzidas nestas perspectivas em decorrência de mutações teóricas e metodológicas, oriundas dos campos históricos surgidos com as novas tendências do século XX. São discutidas aqui não apenas as teses que têm norteado a compreensão sobre o fim do Império Romano do Ocidente, como também as flutuações entre as demarcações no período de transição que conduz do mundo antigo ao mundo medieval.

**Palavras-chave:** História. Antiguidade. Idade Média. Período de transição.

## Introdução

Delimitar um grande período historiográfico no tempo, separando-o de outro que se estende atrás dele e de outro que começa de-

---

<sup>1</sup> Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, nos cursos de História. Doutor em História pela UFF. Autor dos livros “O Campo da História”, “O Projeto de Pesquisa em História”, “Cidade e História” e “A Construção Social da Cor”, todos publicados pela Editora Vozes. E-mail: jose.assun@globo.com

pois, é uma operação que traz indeléveis marcas ideológicas e culturais que nos falam da sociedade na qual está mergulhado o próprio historiador, dos seus diálogos intertextuais, de visões de mundo que de resto estendem-se para muito além do historiador que está estabelecendo seus recortes para a compreensão da História. Os próprios desenvolvimentos da historiografia – os novos campos históricos e domínios que surgem, a emergência de novas relações interdisciplinares, os enfoques e abordagens que se sucedem como novidades ou como reapropriação de antigas metodologias – trazem obviamente uma contribuição importante para que a cada vez se veja o problema da passagem de um a outro período histórico sob novos prismas.

Examinaremos sob esta perspectiva a questão da Antiguidade e de sua oscilação de fronteiras temporais em relação à Idade Média, quando se tem em vista uma periodização da História no Ocidente. Será oportuno partir da constatação de que o acontecimento fundamental que rege muito habitualmente esta fronteira – ainda que se discutindo qual o momento mais emblemático a ser considerado – é recorrentemente o fim do Império Romano, ou o fim da civilização greco-romana, para considerar o problema em uma perspectiva mais ampla.

Este acontecimento – que de resto não teria maior importância para as diversas histórias possíveis de serem construídas em relação às espacialidades não-européias – busca colocar precisamente em relevo a importância do Ocidente na história do mundo. De igual maneira, aqui temos um acontecimento-demarcador que também favorece uma historiografia cristã específica, pois o mundo antigo vai cedendo lugar ao mundo medieval à medida que a Igreja Cristã vai se afirmando como força política importante, como aspecto definidor de uma nova civilização e sobretudo de uma nova cultura. É interessante observar, aliás, que a Antiguidade e a Idade Média são parceiras no projeto de fornecerem ao Ocidente Moderno e ao Ocidente Contemporâneo dois de seus principais traços definidores de identidade: os *valores greco-romanos* que futuramente se tornariam uma base para a cultura burguesa, e o *cristianismo*, que se tornaria a religião predominante no Ocidente. Identitariamente, o Ocidente poderia ser apresentado simultaneamente como filho de Aristóteles e filho de Cristo, para falar em termos metafóricos.<sup>2</sup>

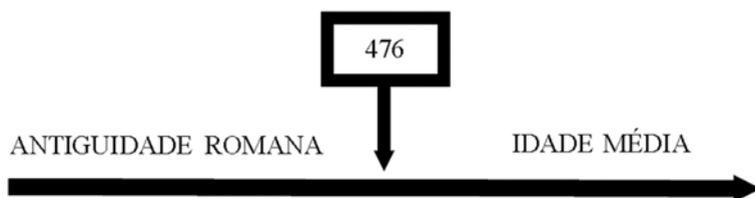
Por outro lado, se o fim do Império Romano – tomado como signo do próprio “fim do mundo antigo” – é habitualmente proposto como evento demarcatório entre os dois períodos, é relevante destacar que entre o desaparecimento do mundo antigo e a emergência da Idade Média existe uma grande zona temporal repleta de ambiguidades, por assim dizer, onde se confrontam intensamente as rupturas e permanências entre estas duas fases da História Européia. Por isso, esse grande período de alguns séculos – que alguns situam entre os séculos IV e VIII, ou mesmo entre os séculos III e VIII – tem sido perspectivado de maneira diferente pelos vários grupos de historiadores, gerando inclusive denominações distintas.

Alguns dos historiadores da Antiguidade chamam-no de “Antiguidade Tardia”. Já alguns dos medievalistas preferem-no chamar de “Alta Idade Média” ou de “Primeira Idade Média”. Vale dizer, muitos dos medievalistas costumam ver neste período um *começo*, o início de uma nova era, e incorporam-no como seu território historiográfico. Reconhecendo as permanências trazidas da Antiguidade, que só lentamente se desfazem, centram contudo o principal de suas atenções sobre as rupturas, sobre o que este período traria de singularmente novo para a História.

A posição no campo dos antiquistas é bastante dividida. Uma das dicotomias mais tradicionais – de certo modo já superada pela historiografia recente – é aquela que se estabelece no seio do grupo de historiadores que comparam a civilização greco-romana a um organismo vivo. De um lado teremos aqueles que investem no imaginário de que a civilização greco-romana teria desaparecido abruptamente; de outro, teremos aqueles que investem na ideia de que a civilização greco-romana foi definhando ou decaindo mais ou menos gradualmente. À parte isto, já veremos, seria possível visualizar o Império Romano não como organismo vivo, e sim como algo que a partir de certo momento vai se transformando nas novas realidades civilizacionais que se afirmariam no período medieval – de um lado o Império Bizantino, de outro a civilização ocidental cristã partilhada pelos novos reinos europeus. Por fim, a visualização do Império Romano não como organismo, mas como um outro tipo de sistema complexo, permitiria examinar o seu rápido ou gradual desaparecimento, conforme a perspectiva do analista, como uma “desagregação” das forças que o sustentavam e que lhe davam a sua especificidade.

Do primeiro grupo de análises indicado – aquele que metaforiza o Império Romano como um grande ser vivo – tornou-se célebre e emblemática a frase do historiador Piganiol (Piganiol, 1972, p.466), que costumava afirmar que “a civilização romana não morreu de morte natural; foi assassinada”. A grande crise econômica, política e militar do século III – marcada por intensas guerras civis –, para Piganiol, teria dado origem a uma nova concepção de poder imperial que se consolidaria no futuro Império Bizantino. A parte ocidental, contudo, não teria resistido aos avanços “bárbaros” – para utilizar esta expressão do próprio historiador –, de modo que aqui a explicação da “queda” do Império é direcionada para os fatores externos. Nesta mesma esteira, Arther Ferril (1989) defende a ideia de que o grande marco da queda seria o ano 476 – por ocasião da deposição de Rômulo Augusto, o último imperador romano do Ocidente, por Odoacro – o que teria contribuído decisivamente para destruição do poderio militar romano. Guardemos esta primeira posição: elas nos revelam o olhar do corte que vem de fora, da ruptura mais imediata.

Deposição de Rômulo Augusto por Odoacro



Outras datas importantes para este tipo de leitura da Passagem que privilegia os eventos bélicos podem ser buscadas nos momentos emblemáticos em que povos não-latinos saqueiam Roma, berço e símbolo máximo do poderio do Império Romano. Neste sentido, o saque de Roma pelos Visigodos sob o comando de Alarico, em 410 d.C – vivido de maneira particularmente traumática pelos habitantes de Roma e de modo mais geral pelos cidadãos do Império nas diversas províncias – bem como o saque de Roma pelos Vândalos em 455 d.C, parecem prenunciar de uma certa ótica este acontecimento aparentemente mais definitivo, que é a Deposição de Rômulo Augusto por Odoacro, rei dos hérulos, em 476 d.C. Para a imagem, hoje bastante questionada, da “Roma assassinada pelos bárbaros”, os

saques visigodo e vândalo parecem funcionar como duas facadas iniciais, e de fato pode-se dizer que de algum modo esses acontecimentos contribuíram significativamente para ferir irremediavelmente, no âmbito simbólico, a ideia de uma Roma inexpugnável. Mas daí a situar acontecimentos como estes na centralidade de um processo que por suposto teria conduzido abruptamente ao desaparecimento do mundo romano, vai uma distância maior, e em vista de um posicionamento crítico em relação à centralidade dos acontecimentos militares que teriam promovido todo um fim de uma época, surgiram concomitantemente novas interpretações, conforme veremos mais adiante.

Por ora, vale lembrar ainda que mesmo a leitura do “assassinato do Império Romano” permite-se a examinar este que seria o fatídico momento ou o processo do “assassinato”, se assim podemos dizer, de modo bem mais complexo, e neste caso o acontecimento das “invasões bárbaras” pode ser lido não necessariamente como um saque em destaque ou uma invasão específica, mas sim como todo um conjunto de acontecimentos relacionados às invasões ou migrações germânicas. Neste sentido, fariam parte de um mesmo “acontecimento-pacote”, entre outros itens, os confrontos que se dão entre povos germânicos e romanos a partir do século III d.C, bem como eventos mais específicos, como o fato de que os godos já tinham aniquilado legiões romanas em Adrianópolis em 378 d.C, os saques visigodos de 410 d.C e vândalo de 455 d.C, fechando-se o pacote, finalmente, com a deposição de Rômulo Augusto em 476 d.C. Estes, naturalmente, são apenas alguns exemplos, e o “acontecimento-pacote” ao qual nos referimos engloba certamente muito mais eventos, alguns que possivelmente sequer passaram à História registrada mas que devem ter trazido a sua contribuição atomizada para o resultado geral que em um tempo relativamente curto mudou a face da História do mundo antigo.<sup>3</sup>

## **Uma segunda leitura: Declínio do Império Romano**

Consideradas as simplificações e complexidades possíveis a esta primeira leitura, consideraremos agora que, em radical oposição

à tese de que a civilização romana é destruída pelas invasões ou migrações dos povos germânicos, teremos os historiadores que defendem a ideia do ‘Declínio do Império Romano’. Opondo-se à frase de Piganiol de que “o Império Romano foi assassinado”, Ferdinand Lot (1985) – um dos defensores da hipótese do declínio – propõe a frase que diz “o Império Romano morreu de morte natural”.<sup>4</sup> Aqui, a ideia do acontecimento que produz o corte ou a ruptura definitiva, teremos a ideia do processo que conduz à “decrepitude” de toda uma civilização. (Falta alguma coisa nessa frase; seria “juntamente com a ideia do acontecimento que produz ...” OU “em vez da ideia do acontecimento...” ?). O acontecimento-ruptura é aqui, ainda mais necessariamente, substituído pelo acontecimento-processo. De qualquer forma, em um caso ou outro, ainda teremos a ideia de algo que “termina”, e não de algo que se “transforma”. Na análise de Lot, as crises sociais, econômicas e políticas do século III teriam gerado uma nova resposta política assinalada por um Estado interventor, corrupto e burocratizado que substitui a antiga autoridade senatorial. A esta crise, da qual o Império Romano jamais teria se recuperado, também se somaria o novo tipo de organização militar em que os povos germânicos incorporados ao Império desempenhariam um papel cada vez mais destacado, por vezes à maneira de mercenários. Estes e outros processos são mostrados como os sintomas de um declínio.<sup>5</sup> O que é significativo, de qualquer modo, é que também nesta leitura o Mundo Romano e o Mundo Medieval são mostrados um tanto como planetas estanques: um começa onde o outro já se foi, e são bastante minimizadas as interpenetrações entre esses dois mundos.



Podemos indagar sobre o que nos revela, acerca das concepções historiográficas que a sustenta, a dicotomia que permeia a ideia de que o Império Romano morre como um grande Ser, ora assassinado, ora definhando como um velho moribundo que ao final de sua vida vê esvaír-se gradualmente a sua energia vital enquanto se desbotam

os principais traços que lhe compunham a identidade. A ideia de um ‘acontecimento-ruptura’ que teria presidido a morte do Império Romano através da violência dos povos germânicos se adapta, por exemplo, a uma historiografia que tem importantes desenvolvimentos no século XIX, e que anseia delimitar com precisão o ‘acontecimento’, situando-o por vezes em uma data bem definida, e de qualquer modo sempre enfatizando o acontecimento político – “político” no sentido antigo, do macro-poder que se estabelece no nível dos grandes Estados, Instituições e confrontos militares. Ao mesmo tempo, na outra ponta da dicotomia, a ideia de “queda” ou de “declínio” ampara-se em muitos casos, embora por um caminho distinto, nessa mesma velha história política que se orienta tendo como perspectiva central a ser analisada a capacidade de uma civilização manter ou não uma unidade imperial mais ampla. Perder a unidade política, deste ponto de vista, é morrer, envelhecer, decair em vigor. É aliás oportuno lembrar as considerações do historiador francês Jacques Le Goff sobre as apropriações historiográficas do conceito de “decadência” – um conceito que acrescenta um tom ainda mais depreciativo à ideia de “declínio” – e que também pode eventualmente ser direcionado para questões meramente políticas relacionáveis à desintegração da estrutura política (Le Goff, 1984. p.416).

Vale lembrar que o conceito de “decadência” foi colocado também em pauta pelas próprias gerações de pensadores que vivenciaram e se seguiram à desarticulação do Império Romano em favor das novas unidades políticas e territoriais que introduzem o período medieval. É assim que, em um célebre estudo sobre *O Fim do Mundo Antigo*, que é também já um clássico, Santo Mazzarino (1916-1987) busca historiar precisamente as trajetórias da ideia de decadência na produção literária e na cultura latina como um todo, reinserindo-a no confronto ideológico entre cristianismo e paganismo que eclode na época e se estende também por períodos posteriores. A ideia de decadência - esta é uma chave importante para a compreensão do uso do conceito pelos próprios autores da época - implica sempre em uma comparação do período que se considera como “decaído” ou “decadente” em relação a um período anterior, necessariamente visto como melhor. Assim, na ideia de decadência está sempre explícita, de algum modo, uma exaltação do passado. A consideração acerca de qual

seria o elemento que produz ou produziu a decadência, obviamente, transmuta-se conforme a perspectiva do analista, que na época dificilmente escaparia de um posicionamento em relação à questão da dicotomia entre paganismo (ou humanismo clássico) e cristianismo.

Neste sentido, vale lembrar que já remonta aos próprios tempos antigos a diversidade de leituras estabelecidas em torno dos marcos históricos que foram presentidos pelos próprios antigos como sinais do fim de todo um período. Assim, enquanto alguns autores pagãos, particularmente tomados por uma visão pessimista, tenderam a encarar o saque de 410 sob a perspectiva de um acontecimento que sinaliza uma decadência que havia fragilizado o Império e possibilitado o saque de Alarico, já será outra a visão de Paolo Orósio (c.385-c.420) – autor da primeira história universal escrita por um cristão e entretecedor de uma avaliação dos acontecimentos históricos em que cada aspecto ou acontecimento é medido em função da sua aproximação ou afastamento em relação ao cristianismo. Para Orósio, o saque visigodo de 410 é positivado simultaneamente como demonstração do “juízo de Deus” e como anúncio de uma nova era que estaria por vir, acrescentando-se ainda a ênfase em uma leitura sobre Alarico como visigodo convertido que desfecha um golpe fatal sobre a Roma pagã (Orósio, 1986).<sup>6</sup> Este tipo de leitura divinizante da história, aliás, em que cada acontecimento (seja este um sucesso ou uma catástrofe) fala diretamente de Deus e de uma relação dos atores humanos com Deus, que pode no caso ser punida ou premiada, seria prontamente incorporado na Idade Média.

Os embates em torno da perspectiva da “decadência” do Império Romano já afloram, portanto, na própria época de desarticulação do Império Romano. Em vista disto, amparando-se em uma cuidadosa análise historiográfica sobre a apropriação e reapropriações dessa noção carregada de sentidos valorativos, Santo Mazzarino procura ressaltar os problemas de utilização da noção de “decadência” pela moderna historiografia, e sua recomendação taxativa é a de rejeitar a compreensão da Antiguidade Tardia como um período de decadência.

A polêmica em torno da ideia de decadência aplicada à transição entre os períodos antigo e medieval é, como nos poderiam mostrar outros autores, bastante problemática. Por fim, veremos oportuna-

mente, ao lado das ideias de “declínio”, “queda”, “decadência”, que outros conceitos têm sido propostos pela historiografia recente, incluindo o de “desagregação”, todos com implicações mais específicas para o estudo do último período do Império Romano.

## **Novos campos historiográficos e novas leituras da Passagem**

Por ora, consideraremos que os desenvolvimentos modernos da historiografia sobre a passagem da Antiguidade à Idade Média correspondem precisamente à superação desta dicotomia que, apesar de gerada por posições aparentemente inconciliáveis – o assassinato ou a morte natural do Império – trazem como pano de fundo um mesmo posicionamento historiográfico francamente baseado nos acontecimentos políticos ao nível institucional. Com o desenvolvimento da historiografia do século XX, o olhar dos historiadores vai como que se desatrelando dessa exclusividade em relação à história política de âmbito institucional, e cada vez mais novas dimensões vão sendo colocadas em cena como questões centrais passíveis de ser examinadas. Economia, Cultura, Mentalidades, Imaginário, Demografia – a afirmação de novas especialidades da história voltadas para o diálogo com essas dimensões fundamentais permite que um mesmo conjunto de acontecimentos seja beneficiado por diversificadas cronologias que dependerão do problema a ser examinado pelo historiador.

Os estudos de análise histórica de populações, por exemplo – ao instituírem a partir de meados do século XX um novo campo histórico a ser definido como História Demográfica – rechaçam por princípio a antiga maneira historiográfica de apodar de “invasões bárbaras” ao fenômeno do adentramento do Império Romano por povos diversos. Nem “invasões” e nem “bárbaras”, aliás, pois duplamente tem sido revista essa antiga maneira de interpretar o movimento de gentes que iria transformar tão completamente a face do Império Romano. De fato, os modernos estudos de História Demográfica começaram a levar os historiadores a enxergar em uma perspectiva mais ampla penetrações e migrações dos povos não-latinos – no qual a parte das invasões seria apenas a ponta de um

iceberg mais significativo a ser considerado. De outro lado, os desenvolvimentos de uma História Cultural em perfeito diálogo com a Antropologia tornavam inaceitável a segunda parte da expressão – a que permitia denominar certos povos como “bárbaros”. Da mesma forma, essa mesma História Cultural, com sua revolução de novos objetos, permitiu um exame mais pertinente da interação entre as populações latinas e as populações germânicas, ao lado da avaliação de seus confrontos de alteridade. O encontro e o choque de culturas – mais do que o entrechoque de exércitos – podia desempenhar a partir daqui um papel mais central nas análises historiográficas.

Ainda a propósito da reavaliação da questão do impacto dos povos não-latinos sobre o Império Romano, será preciso considerar, acompanhando as interpretações historiográficas mais recentes, que os povos não-latinos (germânicos, citas) agridem ou adentram o Império de muitas maneiras, e não apenas como invasores que podem ou devem ser analisados de um ponto de vista estritamente militar. Assim, por exemplo, se tomarmos apenas como foco de análise o caso dos godos nos seus dois principais ramos – os ostrogodos e os visigodos – poderemos examinar várias nuances de adentramentos em momentos diversos, e, certamente, um grande leque formado por essas nuances ao longo de todo um processo. Os visigodos já vinham enfrentando militarmente os romanos desde 251 d.C., obtendo algum sucesso, e registram-se no decurso do século III muitas de suas incursões militares a territórios romanos.<sup>7</sup> Mas já no século IV, quando sofrem terríveis derrotas diante de contingentes hunos vindo do leste e que os massacram e empurram para o Oeste, é na qualidade de uma massa de cerca de 100.000 refugiados visigodos que eles imploram e recebem autorização do imperador romano Valente para atravessar o Danúbio de modo a viver dentro dos limites do Império. Ali veremos multidões famintas e amedrontadas que atravessam o Danúbio, mais do que aqueles guerreiros conquistadores que logo ficariam imortalizados na imagem do saque de Roma em 410, e é nessa qualidade de massa de refugiados que eles são acolhidos em princípios do século IV, sendo notável destacar que eles passam inclusive a ser explorados pelas autoridades romanas através de impostos excessivos e condições de trabalho desfavoráveis. A exploração é tanta, aliás, que já por volta da segunda metade do século

IV eles estão a ponto de se rebelar contra o Império que os acolhera, e é agora um confronto sob esta nova perspectiva – de povos que já estavam vivendo dentro dos limites do Império e sob o jugo das autoridades romanas, e que contra estas se rebelam – que veremos o embate de 378 entre romanos e visigodos, com a vitória destes últimos na célebre e marcante batalha de Adrianópolis, onde integram um exército confederado de povos não-latinos que impõe pesada derrota ao exército imperial romano. Na sequência, promoveriam saques de diversas cidades em direção ao Mediterrâneo. Depois disso, com muitas negociações, os visigodos são integrados pelo exército romano – e já em 382 vemo-los estabelecidos pelo Imperador Teodósio I em uma província romana ao norte da península balcânica, onde desempenham um significativo papel na defesa daquelas fronteiras do Império até 395. E será já como exército vinculado ao Império que, mais tarde, a partir de 401, em novo movimento para o oeste, eles se insurgem, novamente se desvinculando da autoridade Romana, até que os acontecimentos conduzem ao saque visigodo de Roma, sob o comando de Alarico, em 410. A história não se encerra aí, e já em 418 veremos os visigodos se estabelecerem no sul da Gália e na Hispânia, já novamente como federados do Império, a partir de um acordo entre o imperador Constâncio e o rei Ataúlfo dos visigodos. Mas em 475 já veremos um novo movimento de independência em que Eurico estabelece um reino visigodo de Tolosa, desvinculado do Império.

A síntese dessa complexa trajetória dos visigodos para dentro e por dentro do Império, com encaixes e desencaixes dos povos visigodos em relação ao Império e ao sentimento de pertença em relação à cidadania romana, revela-nos desde o século III sucessivas nuances: a de opositores militares, a de refugiados, a de povos assimilados, a de povos assimilados que se rebelam, a de contingentes militares integrados ao Império, a de contingentes integrados ao exército imperial que novamente se insurgem, para retornar então à nuance de opositores militares. Para além disto, deveríamos verificar ainda a nuance sempre presente de populações de visigodos que poderiam ser vistas simplesmente como migrantes, como grandes massas populacionais que encontram oportunidade de se deslocar para terras romanas em busca de melhores condições. O congela-

mento de rios como o Reno, em certos invernos como o de 406, pôde oferecer em certos momentos uma ponte natural para populações de povos não-latinos que, do outro lado do rio, só poderiam concretizar esse deslocamento massivo com o apoio desse providencial fato da Natureza. Por outro lado, ao longo de toda a História do Império Romano contingentes menores ou maiores de migrações bárbaras forçaram as fronteiras do Império como um fato que sempre fora bem administrado. No conjunto dos migrantes, novas nuances se desenhavam, de salteadores que chegavam e partiam a homens em procura de trabalho que se estabeleciam, a guerreiros que conseguiam ser assimilados no próprio exército romano. Percebemos, portanto, as mais distintas nuances acompanhando os deslocamentos visigodos – e de outros povos germânicos de modo geral – para dentro do Império e por dentro do Império, o que não permite falar apenas, taxativamente, de “invasões visigodas”, ou também de “invasões bárbaras” para os outros casos. A História Demográfica, a História Social, a História Cultural – com seus extraordinários desenvolvimentos historiográficos a partir do século XX – permitiriam, aliás, examinar esses processos migratórios e esses grandes deslocamentos a partir de novas perspectivas, para além da perspectiva que era antes proporcionada pela História Militar.

### **Interlúdio: algumas leituras sobre a passagem que remontam à sua própria época**

Antes de avançarmos em um quadro mais diversificado de perspectivas sobre a Passagem, será útil insistir na ideia de que – em que pese o fato de que tenha sido a História Política do século XIX o que grosso modo favoreceu certas leituras acerca do papel das ‘agressões externas’ ou do ‘declínio interno’ na “queda” do Império Romano – diversas dessas interpretações já vinham sendo colocadas até mesmo na própria época da Passagem da Antiguidade para o período Medieval. Tal como foi ressaltado antes, acontecimentos como o saque visigodo de Roma em 410 impactaram de tal maneira os cidadãos do Império que, tão logo ocorreram, começaram a produzir imediatas interpretações. Exemplos significativos são as inquietações expres-

sas em algumas das *Epístolas* de São Jerônimo, ou na já mencionada *História contra os Pagãos* redigida por Paolo Orósio, para além de algumas interpretações cristãs de cunho milenarista que queriam sentir, nos surpreendentes acontecimentos que assolavam o Império, a proximidade do fim do mundo.<sup>8</sup>

Em contrapartida, havia os que enxergavam nas transformações religiosas do Império, consolidando-se na adoção do Cristianismo como religião única, a verdadeira origem das calamidades que agora se abatiam sobre a civilização romana, de modo que para salvar essa civilização seria preciso reverter ao paganismo. Por fim, havia os que viam as invasões germânicas e hunas como um brutal e irreversível acontecimento que estava prestes a soterrar inexoravelmente o mundo civilizado.

Diante das diversas avaliações produzidas na própria época sobre o fim do Império Romano como decorrente das invasões de povos não-latinos, e também das avaliações sobre o declínio do Império como decorrentes da corrupção dos costumes, ou mesmo diante da consideração de pretensos desdobramentos negativos que se julgava que deveriam ser creditados à adoção do Cristianismo como religião oficial do Império, pode-se dizer que essas interpretações produzidas na própria época não deixam de ser precursoras de posições historiográficas que se fortaleceriam depois.

Os saques de Roma e a crise do fim do Império, enfim, ofereceram-se como verdadeira arena para combate intelectual entre defensores do Paganismo ou do Cristianismo que desejavam culpar o campo oposto pelos eventos mais alarmantes que iam se produzindo no Império. As várias posições possíveis encontraram argutos defensores. Já Montesquieu, em suas *Considerações sobre as causas da Grandeza dos Romanos* (1734) (Montesquieu, 2002), ilustrava essa pequena arena de ideias que se organizara na própria época dos acontecimentos mais traumáticos do último Império Romano, mencionando exemplos das três posições clássicas: Orósio, Salviano e Agostinho. Assim, enquanto Orósio busca situar-se em uma posição relativizadora no debate entre Cristianismo e Paganismo, escrevendo uma *História* para provar que em todos os tempos existiram desgraças tão grandes quanto aquelas de que se queixavam os pagãos (mas já induzindo à ideia de que a medida da ocorrência das desgraças é o afastamento em relação

a Deus e, em última instância, em relação ao Cristianismo), já Salviano comporia uma obra – intitulada *Do Governo do Mundo* – para sustentar a ideia de que os desregramentos dos cristãos é que haviam atraído as invasões bárbaras (Montesquieu, 2002, p.158).

A posição de Santo Agostinho (2000) foi bem singular. Interessado em livrar o Cristianismo de qualquer acusação ou responsabilidade pela queda do Império – já que à sua época autores pagãos insinuavam ou argumentavam bastante abertamente em torno da ideia de que a sujeição de Roma por povos pagãos revelava claros sinais de que o Império estaria sendo punido pelos deuses por sua adoção do Cristianismo – ocupa-se em trabalhar com a ideia de um “declínio” que teria sido provocado precisamente pela corrupção dos costumes pagãos, que de acordo com sua argumentação já viria de tempos anteriores. A concretização maior dessa argumentação – a par de uma extensa tentativa de demolir a filosofia não-cristã e todas as críticas ao Cristianismo – foi a obra intitulada *Cidade de Deus* (2000), e nela a tese de um declínio da civilização romana herdada dos tempos do paganismo encontra um grande resguardo.<sup>9</sup>

As duas posições, exemplificadas à própria época pelo contraste entre Salviano e Santo Agostinho, seriam retomadas constantemente em épocas posteriores – a do ‘abate externo’ (com ou sem a punição de Deus ou dos deuses) ou a do ‘declínio interno’ – e a interpretação de Maquiavel pode ser evocada como um exemplo de análise que novamente coloca os ataques “bárbaros” na centralidade do processo. Gibbon, por outro lado, já escrevendo em 1776 (Gibbon, 1989), reformula a seu modo a ideia de um declínio interno, e sugere em certas passagens que o “abuso do cristianismo” teria exercido um papel considerável no declínio do Império, embora procure formular também a hipótese de que o declínio de Roma teria sido consequência natural e inevitável de sua desmedida grandeza.<sup>10</sup>

## **Novos campos e novas leituras contemporâneas: Economia e Sociedade**

Conforme vimos até aqui, as posições de que os fins do Império Romano estão relacionados ora às agressões e penetrações

dos povos não-latinos, ora a fatores internos – que podiam ir desde aspectos sociais a religiosos – foram recorrentes em um longo período que principia à própria época dos acontecimentos mais marcantes que anunciaram a queda ou o declínio do Império Romano. Essas posições, de lado a lado, atingem os séculos XIX e XX com a célebre querela sobre o “assassinato” ou a “morte natural” do Império Romano. Mas logo abriam espaço para outras proposições, mais tendentes a enxergar a transformação de um período em outro do que o fim taxativo de um grande período da História. Essas novas proposições, naturalmente, são beneficiadas precisamente pela multiplicação de novos campos históricos, para além da História Política tradicional.

A emergência de campos históricos enfatizando a Economia e as relações sociais, por exemplo, abre um certo conjunto de possibilidades e de novas leituras possíveis, inclusive permitindo novas periodizações. Uma História Econômica ou uma História Social do Império Romano, por exemplo, impõem cada qual o seu conjunto de recortes que em nada coincidirá com o conjunto de recortes produzidos pela História Política do tipo que era tradicionalmente realizado no século XIX. Seja no âmbito dos historiadores marxistas do século XX, seja no âmbito dos historiadores que são influenciados pela abordagem Econômica e Social da primeira fase dos *Annales*, surgem aqui novos modelos narrativos e analíticos que geram as suas próprias periodizações.

Apenas para citar o âmbito das análises marxistas, outros serão os acontecimentos processuais que deverão ajudar a compreender a passagem da Antiguidade à Idade Média. Surgem aqui novas possibilidades, considerando as duas definições da História propostas por Marx – de um lado a de que a História é a “história da transformação dos modos de produção”, e, de outro, a ideia de que a história é a “história da luta de classes”. Para o caso do estudo da passagem da civilização romana para as civilizações medievais, impõe-se de um lado o acontecimento-processual da superação do modo de produção escravista em um Império que nos seus limites já não consegue conservar a acumulação de mão-de-obra escrava; de outro lado, destacam-se as crises sociais do século III como acontecimentos fundamentais. Conforme a análise marxista em questão centre sua atenção mais na ultrapassagem do ‘modo de produção’ ou na ‘luta de classes’,

tem-se a possibilidade de matizes diferenciados dentro da análise da passagem da antiguidade romana à medievalidade ocidental, segundo a abordagem oferecida pelos princípios do materialismo histórico. Apenas para citar dois exemplos, indicaremos as análises propostas por Staerman (Staerman, 1976) e por Perry Andersen (Anderson, 2000).

Seria possível citar também como exemplo de análise que traria a primeiro plano a Economia em sua relação com a Sociedade a avaliação de Max Weber sobre a passagem da Antiguidade à Idade Média (Weber, 1976). Também considerando importantes as transformações no regime de trabalho e exploração econômica – e avaliando tanto o colapso do sistema escravista sob a perspectiva da emergência de uma economia natural – Weber concede uma atenção especial à passagem de uma civilização essencialmente urbanizada para uma civilização que vai se ruralizando nos seus aspectos essenciais. Esta consideração de que o traço essencial da antiguidade clássica é a combinação de escravismo e urbanização leva Weber a examinar atentamente o desaparecimento gradual do comércio local e de longa distância, já desde fins do século II.

É também uma explicação e uma periodização atenta aos movimentos comerciais a que nos apresenta o medievalista belga Henri Pirenne (1935-1937) (Pirenne, 1985). Desenvolvendo uma tese que posteriormente não deixou de desencadear muitas críticas, Pirenne destaca como acontecimento mais relevante no processo de estabelecimento da Idade Média um processo aparentemente político, mas que na verdade tem a sua importância precisamente em virtude dos efeitos econômicos que desencadeia. O grande divisor de águas, para o historiador belga, é o acontecimento da Expansão Islâmica no século VIII, precisamente porque, segundo a sua análise, o domínio islâmico do Mediterrâneo ocidental não apenas quebrará uma unidade mediterrânica que teria caracterizado a Europa até o século VIII, como porque ao fazer isso se rompem os caminhos comerciais que sustentavam até então a vida material do ocidente europeu, forçando o deslocamento do eixo político-geográfico da nascente civilização do ocidente medieval para o centro da Europa. Carlos Magno – representando o mundo carolíngio – surge na sua análise como o inevitável contraponto histórico de Maomé – signo da expansão islâmica.

## **Novas leituras: Cultura, Psicologia, Mentalidade, Vida Cotidiana**

Se o diálogo mais intenso com a Economia permitiu o desenvolvimento de novas análises e organizações cronológicas da passagem da Antiguidade Romana à Medievalidade Européia, o século XX também trouxe uma atenção especial a questões direcionadas para a percepção da psicologia do homem, para o estudo das mentalidades, para o exame da vida cotidiana. O mesmo movimento de expansão que permitiria que se afirmasse uma Psico-História, uma História das Mentalidades, uma História do Cotidiano, e tantos novos domínios – também permitiu que novas dimensões fossem priorizadas pelos historiadores desse período que permeia a passagem da Antiguidade à Idade Média.

Em parte, a multiplicação de novos pontos de vista sobre a Passagem é produto tanto de uma diversificação temática, mais atenta às diversas dimensões da vida humana e social, como de novas alternativas de fontes e novos concursos interdisciplinares. Tanto a leitura das continuidades como das rupturas envolvidas na Passagem do Mundo Antigo à medievalidade adquirem cores novas com a diversificação de novas possibilidades de fontes. É assim que a ideia de “queda” é mais uma vez retomada por Brian–Ward Perkins, um arqueólogo que recria através de diversificadas fontes da cultura material um contundente quadro da violenta e dura realidade cotidiana dos que vivenciaram a passagem do Mundo Antigo para os novos tempos (Ward Perkins, 2005). Ao enfatizar a ruptura, a obra se confronta, pode-se dizer que corajosamente, com os setores historiográficos que enfatizam as continuidades e que, mesmo, em alguns casos, minimizam os aspectos que remetem às violências envolvidas no processo de adaptação das populações do Império Romano ao domínio germânico. Rigorosamente falando, podem ser percebidos reflexos das discussões contemporâneas em torno da unidade européia no confronto da obra de Brian-Ward Perkins contra todo um amplo setor de estudos contemporâneos que enfatizam os aspectos multiculturalistas, adaptativos e mesmo pacíficos dessa movimentação de populações que rompe as fronteiras do Império. A ênfase nas conti-

nuidades, minimizando as violências do processo, viria obviamente ao encontro da posição da União Européia nos dias de hoje (discurso em favor de uma unidade e identidade européias, sem depreciar circuitos culturais relacionados à ancestralidade das diversas realidades nacionais européias). Mas esta é certamente uma discussão que já nos levaria muito longe.

De todo modo, o fato é que, com a emergência de uma atenção historiográfica voltada para as mais diversas dimensões da vida humana, permite-se cada vez mais que sejam vistos como períodos dotados de suas próprias singularidades tanto o período do Baixo Império Romano – examinado não mais como um período de decadência – como o período que se situa entre a extinção política do Império Romano do Ocidente e a expansão islâmica no século VIII. As contribuições são inúmeras, e vão desde as leituras atentas às práticas culturais elaboradas por André Chastagnol – um autor que, além de uma leitura mais totalizante como a desenvolvida em *O Senado Romano à Época Imperial* (Chastagnol, 1992), procurou examinar questões culturais mais específicas como a das Festas Imperiais<sup>11</sup> – até as análises atentas às representações culturais e às práticas discursivas desenvolvidas por Averil Cameron, conforme seus estudos sobre *A Cristianidade e a Retórica do Império* (Cameron, 1992).<sup>12</sup> Do mesmo modo, a atenção à complexidade dos fenômenos culturais, às práticas e representações, aos discursos e à recepção dos discursos tem encontrado contribuições fundamentais nos diversos autores preocupados em trazer para primeiro plano uma História Cultural da última fase do Império Romano, e este é também o caso de Ramsay MacMullen, que examina desde os movimentos mais gerais relacionados à Cristianização do Império (MacMullen, 1984)<sup>13</sup> até aspectos mais específicos, como a utilização das dimensões lúdica e simbólica pelos imperadores romanos no seu relacionamento com a plebe urbana (MacMullen, 1992), a oposição contrastiva entre o soldado romano e o civil (MacMullen, 1963), ou a recepção discursiva do texto religioso (MacMullen, 1989). Mas vamos nos ater a uma obra que também já se tornou um clássico em termos de reflexão e redefinição de temporalidades com relação à última fase histórica da Antiguidade Romana.

Atentando para uma importante questão associada à psicologia social, o historiador irlandês Peter Brown constrói sua explicação para

o *Fim do Mundo Antigo* (Brown, 1971) – destacando neste caso o período do Baixo Império entre os séculos III e IV – a partir de uma análise que ressalta enfaticamente, como acontecimentos mais relevantes, a ‘cristianização do ocidente’ e a transformação político militar a partir dos exércitos romanos das províncias (240 d.C). Para o primeiro fator – um aspecto ligado a transformações psicológicas presentes na sociedade – Brown destaca o pronunciamento no homem comum da necessidade de um deus intimista. Esta mesma necessidade, que ampara na sociedade mais ampla a cristianização do mundo antigo, daria origem também ao Monacato, que posteriormente viria a se desenvolver como uma importante alternativa característica da religião medieval.<sup>14</sup>

Sugerindo uma periodização algo diferenciada, Henri Marrou (1980) propõe-se a examinar o período que envolve a passagem da Antiguidade à Medievalidade considerando questões também ligadas à psicologia e à cultura, mostrando-se particularmente atento aos desenvolvimentos estéticos como sinais importantes para a compreensão das singularidades de um período no qual – além das transformações – as permanências não devem ser esquecidas como importantes elos que conduzem a história. A sua organização cronológica delinea um período entre os séculos III e VI, para o qual a fusão da cultura pagã com os valores cristãos adquire aqui um destaque particularmente significativo, ao lado da afirmação de novas concepções religiosas e estéticas. Ao mesmo tempo, ao encaminhar uma análise que considera as inovações mas também está atenta para as permanências, Marrou é um historiador importante no que se refere à utilização de um novo conceito na periodização da história da civilização ocidental: o de “antiguidade tardia” – conceito na verdade proveniente da historiografia alemã das décadas de 1910 e 1920, mas que é aqui retomado com especial expressividade.<sup>15</sup> Outros autores reinvestiriam neste conceito, permitindo-se variar os limites inicial e final desse período que passaria a ser reivindicado como território historiográfico tanto pelos historiadores da Antiguidade como pelos historiadores da Idade Média.

As ideias de nomear este período limítrofe como ‘Antiguidade Tardia’ ou como ‘Idade Média Primitiva’ caminham juntas, ambas com direito à legitimidade no universo das possibilidades historio-

gráficas. Conforme se olhe para o período com vistas à compreensão dos desenvolvimentos terminais da Antiguidade, ou com vistas à compreensão dos novos processos que mais tarde se consolidariam como tipicamente medievais, teríamos uma possibilidade ou outra. O ‘período limítrofe’, aqui considerado, pode se apresentar como “disputa de território” entre historiadores da Antiguidade e da Idade Média, mas também pode se apresentar como espaço de diálogo, como lugar onde antiquistas e medievalistas se encontram para intercambiar suas ideias e experiências.

De todo modo, a tendência da historiografia de a partir do século XX, conforme se vê, foi a de permitir múltiplas leituras do fenômeno da passagem da Antiguidade a Medievalidade – aliás, considerando criticamente os limites espaciais e historiográficos destas expressões. De qualquer modo, a multiplicação de leituras desse período limítrofe entre o que se convencionou chamar de duas eras bem diferenciadas mostra-se interferida por uma profusão de novas perspectivas que na historiografia contemporânea introduzem uma miríade de novos campos históricos, como a História Social, a História Econômica, a História Cultural, a História das Mentalidades, a História Demográfica, bem como novas abordagens definidas por campos históricos que vão da História Serial à Micro-História. Esse enriquecimento de novas perspectivas, aliado à ideia de que a história desenvolve-se através de uma polifonia de temporalidades – tem permitido aos historiadores contemporâneos perceber cada vez mais claramente que não podem existir periodizações fixas e inflexíveis, já que os diversos problemas a serem examinados é que definem cada qual a sua periodização.

## **Novas leituras: História e Complexidade**

Vale ainda lembrar que – no contexto dos cada vez mais estreitos diálogos interdisciplinares que se vão desenvolvendo na historiografia contemporânea – aportes diversos no âmbito teórico também têm permitido reequacionar a passagem da Antiguidade à Medievalidade como fenômeno extremamente complexo. A ideia de que teria ocorrido uma ruína ou desagregação do Império Romano em todos

os seus níveis de organização, e não apenas no âmbito político, com a consequente reorganização de elementos para a constituição de um novo sistema, tem sido proposta também por historiadores que buscam amparar suas análises na Teoria da Complexidade. Aborda-se, aqui, a possibilidade de considerar o Império Romano como um ‘sistema adaptativo complexo’, que entra em crise quando seus diversos componentes estruturais já não respondem com precisão e na mesma proporção ao princípio agregador do sistema.<sup>16</sup> A ideia de “desagregação” confronta-se aqui aos conceitos ou ideias mais antigas como “declínio”, “queda”, “decadência”. Sobre a operacionalização da teoria dos sistemas complexos adaptativos ao colapso romano, pode-se citar, no nível da historiografia brasileira, a excelente obra de Norma Musco Mendes que examina o sistema político do Império Romano do Ocidente sob a perspectiva de um modelo de colapso (Mendes, 2002). O modelo teórico dos “sistemas adaptativos complexos” tem sido empregado mais recentemente como uma nova possibilidade de análise, e vale a pena refletir sobre o mesmo.

Um sistema adaptativo complexo deve ser entendido como um sistema formado por um grande número de subsistemas, elementos, agentes individuais, além de estar sujeito a inúmeras linhas de força, notando-se que o sistema converge para um certo padrão de comportamento (um “atrator”).<sup>17</sup> A noção de ‘sistema adaptativo complexo’, nesses casos, tem levado os historiadores a dialogar com um antigo conceito já bem conhecido e operacionalizado pela historiografia moderna – o de “sistema” –, mas mais particularmente ainda com a ideia mais recente de um sistema que vai se formando naturalmente, por ajustamentos entre seus vários elementos, progredindo em sua tendência a auto-organizar-se, favorecendo a agregação de elementos já existentes e a invenção de outros, adaptando-os a uma dinâmica própria e constituindo-os como um conjunto equilibrado, até o momento em que tudo começa a se desagregar novamente.

A auto-organização permite que a ordem possa emergir do Caos, ao qual se voltará posteriormente. Conforme esta perspectiva, boa parte dos sistemas tendem a se constituir de forma complexa para, posteriormente, se desintegrarem, de modo que a aplicação deste campo nocional à compreensão dos últimos períodos da história da Antiguidade Romana permitiria evocar aqui a noção de “desagrega-

ção”, mais do que as de “declínio”, “queda” ou “decadência”. A desagregação do Império Romano do Ocidente – uma vez que no Oriente Bizantino a experiência imperial seguiria mais adiante com novos elementos e com novos padrões de interação e relacionamento entre esses elementos – corresponderia à desestruturação de um certo padrão (complexo) de comportamento que pode ser identificado como característico do sistema de civilização típico do Império Romano. Esse padrão de comportamento específico e particular para o qual converge cada um dos mais diversos sistemas, e que é certamente singular para cada um desses mesmos sistemas, corresponde àquilo que alguns teóricos da complexidade chamam de “atrator” (Stacey, 1996, p.54), uma espécie de “ordem” que se apresenta como dimensão de convergência do sistema e lhe assegura o funcionamento de uma determinada maneira, e, se for o caso, um crescimento equilibrado.

No caso do sistema sócio-político-econômico-cultural que aqui estaremos chamando simplifadamente de Império Romano, diversos elementos teriam concorrido para a manutenção da ordem e para o funcionamento do sistema, integrando os diversos subsistemas e elementos em uma ordem maior, em equilíbrio dinâmico que atinge a sua expressão máxima no período da *pax romana*, simbolicamente o momento em que o poder do Império é incontestado, ou que assim se coloca para aqueles que o vivenciam dentro e fora dos limites do Império. O Exército, naturalmente, desempenhava um papel fundamental na manutenção da ordem, no fortalecimento dos mecanismos de identidade, na salva-guarda dos limites político-geográficos do Império, na construção de unidade política com a qual todos os cidadãos romanos podiam se identificar e nela se verem incluídos. Outros elementos os mais diversos, da divisão de trabalho ao sistema de educação, compunham o sistema de maneira integrada. A história da última fase do Império Romano, de acordo com uma perspectiva amparada na complexidade, é a história dessa “desagregação”, não necessariamente sob o signo de “decadência” ou “declínio” – embora essas noções não sejam necessariamente incompatíveis com possíveis interpretações que trabalhem com a noção de ‘sistema adaptativo complexo’ – mas em todo o caso a história de uma reorganização, de uma desestruturação da ordem que envolve diversos fatores.

É bastante interessante notar que um dos sintomas da desagregação, em um sistema complexo desse tipo, está precisamente na necessidade de se estabelecer controles vários sobre os diversos elementos e subsistemas que, na situação de equilíbrio natural, tenderiam a se articular e a interagir sem a necessidade de excessivas medidas de força, para além dos limites habituais assumidos pelas medidas de força nos momentos de equilíbrio. Em uma palavra, em um sistema como o do Império Romano, um sintoma relevante do período de desagregação está precisamente na afirmação da necessidade de várias medidas extraordinárias de força, de modo a impor uma coesão que não estava ocorrendo mais entre diversos elementos que deveriam estar articulados para assegurar a unidade do Império.

Historicamente, o século III representa um momento emblemático em que a desorganização começa a se fazer notar nos âmbitos econômico, político e militar, evocando a necessidade de medidas de força para tentar assegurar uma coesão que começava a ser ameaçada por distúrbios diversos, em um nível de ocorrência para além do que há muito já fazia parte do previsível no sistema político-social vigente. Afora os conflitos sociais diversos, bem como os distúrbios ocasionados pela crise do Escravismo, o crescente confronto entre o poder do Imperador e o Senado são sinais e desdobramentos da desorganização do sistema. A partilha do poder imperial, renunciando a divisão do Império em duas unidades políticas onde o título imperial passará a ser hereditário, constituirá outro desdobramento, acompanhado pelo crescente poder absoluto dos imperadores – signo maior das medidas de forças autoritárias e controladoras que precisam ser agora impostas em favor da coesão do sistema.

A quebra da unidade do Exército através de um decreto imperial no século IV, criando divisões por províncias e territórios de atuação, segue-se como desdobramento da tentativa de resguardar o poder do Imperador diante de um poder muito forte concentrado em um exército unificado, mas ao mesmo tempo a medida em médio prazo incorpora-se aos fenômenos de desagregação e de formação de estruturas autônomas. Da mesma forma, a criação e imposição de castas profissionais em fins do século IV nada mais indica do que a necessidade de fazer frente a tendências de desorganização no âmbito econômico.

A antiga ordem imperial, enfim, apesar de todas as medidas de força que tentam impor a coesão, vai cedendo à inevitável desestruturação, a uma desagregação dos elementos que, antes coesos, conformavam a ordem do sistema. Contra tudo isto, o Cristianismo, organizando em Igreja e gerando os seus próprios padrões de espacialização política, começa a constituir um sistema paralelo, que agrega em dioceses o espaço sócio-religioso, propondo uma nova organização administrativa, ora superposta ora desencaixada em relação à administração imperial. Decisivamente, a ideia de universalidade que antes residia no Império vai se deslocando para a Cristandade consolidada institucionalmente na Igreja, e esse confronto entre dois projetos universais – na vida política ou imaginária – breve se estenderá pelos séculos posteriores como uma longa reminiscência do jogo de encaixes e desencaixes entre os dois sistemas. Mas o novo mundo medieval, efetivamente, tenderá a se organizar em torno da Igreja Cristã, o que já representa um novo sistema em construção.

A avaliação da passagem da Antiguidade à Idade Média de acordo com a perspectiva da desagregação de um sistema adaptativo complexo, enfim, impõe uma nova forma de visualidade para este período de transição que precede o mundo medieval – uma espécie de granulação, onde é difícil dizer onde termina um mundo e se inicia o outro, seria uma imagem adequada para se descrever este território pleno de ambiguidades, de desconstruções e reconstruções, de desagregação e reorganização de antigos elementos a par de novos elementos que, imperceptivelmente, parecem se ajustar de novas maneiras para a formação de um novo sistema de civilização. Estamos aqui em um território difícil de ser racionalizado, onde os fatos políticos, por mais emblemáticos e impactantes que tenham sido para seus contemporâneos e para os historiadores que posteriormente os examinaram, devem ser vistos sobretudo como sintomas de transformações que se iam operando nessa complexa passagem de um mundo a outro. Sobre essa vasta rede de transformações, uma nova ordem emerge do caos.

Acerca da perspectiva acima elaborada sobre uma leitura da questão militar romana de acordo com o padrão teórico trazido pela teoria do caos, deve-se acrescentar que inúmeros outros aspectos devem ser considerados, e que a simplificação proposta não pode ser

vista senão como um exercício de perspectiva. Questão fundamental para a compreensão do Exército Romano, certamente, reside no jogo entre identidade e alteridade presente na formação do exército romano, certamente desvelador de todo um complexo sistema de tensões, negociações, alianças, estranhamentos culturais, identificações culturais, para apenas citar alguns aspectos. Importante registrar ainda que a historiografia brasileira sobre a História Antiga já possui obras importantes e relevantes sobre a questão, entre as quais podemos citar autores como Norma Musco Mendes, Gilvan Ventura da Silva e Renan Frighetto.<sup>18</sup>

Valerá lembrar, ainda, que um tratamento historiográfico da passagem do Mundo Antigo ao Mundo Medieval que se ampare em uma perspectiva mais complexa, menos linear e simplificadora, deve considerar a não-homogeneidade do mundo romano. De um lado, é preciso considerar que, se nos últimos séculos do Império Romano o centro do sistema estava em crise, isso não se aplica necessariamente a regiões mais periféricas e menos ligadas ao centro administrativo do Império. Reconhecer isto é admitir que o impacto dos abalos políticos no centro do Império teria afetado de modo muito diferenciado cada uma de suas partes, de suas diversificadas regiões.

De outro lado, outro aspecto de complexidade a considerar é que a sociedade romana não pode tampouco ser vista como um conjunto homogêneo. Foram certamente sentidos de modos diferenciados no tecido social romano eventos como os cercos a Roma e o saque visigodo, ou os deslocamentos de povos germânicos para o interior de zonas mais centrais do Império. Esse aspecto também tem sido abordado por historiadores. Buscando demonstrar como os chamados invasores “bárbaros” foram recebidos com expectativas diferenciadas por diferentes setores sociais, o historiador Ernest Maurice Sainte-Croix trabalha com essa perspectiva em sua obra *A Luta de Classes no Mundo da Grécia Antiga*. Seu objetivo é demonstrar, através de exemplos vários, que alguns setores das classes “inferiores” do Império receberam os invasores com expectativas bastante positivas. Neste sentido, evoca os dados de que um total de 40.000 escravos teriam aderido em massa aos godos no inverno em que estes sitiaram Roma, preparando o saque que seria desfechado por Alarico em 410 (Sainte-Croix, 1982).<sup>19</sup>

Essa adesão das classes inferiores aos invasores não-romanos pode ser explicada pelo fato de que as chamadas “invasões bárbaras” se desdobraram na tendência de uma diminuição da intensa exploração que os grandes latifundiários vinham impondo às classes dominadas da sociedade romana, além do fato de que a penetração germânica trouxe uma maior tolerância religiosa ao mundo romano. Aspectos como estes permitem compreender que os chamados invasores bárbaros possam ter sido recebidos de modo positivo por boa parte da sociedade do Antigo Império Romano. Deste modo, para Sainte Croix, em virtude da intensa e desmedida exploração das classes dominadas que foram implementadas pelas elites romanas, estas últimas é que poderiam ser consideradas as verdadeiras saqueadoras e destruidoras da civilização clássica. Esta análise, vale destacar, apóia-se na perspectiva de instrumentalizar o conceito de “luta de classes” para as sociedades antigas, e de acordo com elas a adesão das classes inferiores aos povos germânicos constituiria mais um lance no jogo de tensões sociais.

As análises mais complexas da queda, decadência ou transformação do Império Romano – conforme o ponto de vista – comportam, portanto, diversificadas possibilidades.

## Conclusão

A partir do contraste entre os posicionamentos historiográficos citados neste ensaio, buscou-se colocar em discussão a complexidade que se relaciona aos aspectos vários que costumam ser apontados como traços importantes para esse período que permeia a transição do mundo antigo para o mundo medieval. De um lado, devemos considerar que a maneira pela qual olhamos para um período histórico – como um começo ou um fim – já contribui de antemão para trazer uma determinada caracterização ao período imaginado. Isto de fato tornou possível considerar essa zona que se interpõe entre o fim do Império Romano e o Período Medieval como um fim ou como um começo. E, dependendo de uma posição ou outra, permite falar-se em uma “antiguidade tardia”, em “declínio do mundo romano”, em uma “alta Idade Média”, ou em uma “primeira Idade Média”.

Em segundo lugar, como se viu, há sempre a questão da escolha dos limites que definiriam historiograficamente um período ou outro. Entre os acontecimentos processuais e pontuais escolhidos, os diversos recortes para a análise de um problema específico tornam-se possíveis. Do acontecimento-processo que se organiza em torno do esgotamento do modelo escravista, desde o século II, até as crises sociais que impõem um novo arranjo político no século III, ou até os marcos mais emblemáticos das invasões germânicas, mas também considerando este outro acontecimento-processo, que seria a gradual penetração e fusão dos povos germânicos com as populações romanas, as possibilidades de recortar um início para o período limítrofe se sucedem. Da mesma forma, entre os séculos VI e o século VIII – este marcado pela impactante expansão islâmica, ou até mesmo o século XI para questões mais específicas como a da Educação e da Religiosidade, aqui se apresentam as variadas possibilidades de fins para um período que ora é chamado de Antiguidade Tardia, ora de Alta Idade Média, ora de Primeira Idade Média. Por fim, pode-se investir também na complexidade granulada que, à parte os sintomas mais evidentes que se expressam sob a forma de eventos pontuais, dificulta periodizações mais definidas.

Eis aqui um mundo de possibilidades, extraordinariamente enriquecido pela profusão de campos históricos que beneficiou a historiografia contemporânea de modo a que os historiadores pudessem examinar não apenas a Política como a Cultura, a Economia, as Mentalidades, a Demografia, a Cultura Material, o Imaginário –, fora uma enorme variedade de novos domínios temáticos abertos aos historiadores e de novos aportes teóricos que têm se colocado à sua disposição.

#### **Antiquity frontiers – some readings and historiographic discussions on the term between Antiquity and the Middle Ages**

**Abstract:** This article attempts to examine some interpretations and perspectives through which the matter of the transition from the Greco-Roman Antiquity to the Middle Ages civilizations in occidental Europe can be discussed or has been discussed, addressing the historiographic oscillations generated by these perspectives in consequence of the theoretical and methodological changes from historiographic fields according to new tendencies of the XX Century. Here, we discuss not only the thesis that have guided the comprehension about the end of

the Western Roman Empire, but also the different delimitations of the transition period from Antiquity towards Medieval World.

**Keywords:** Antique Civilization. Middle Ages. Transition period.

## Notas

<sup>2</sup> Vale lembrar que, em meados do século XX, sob o contexto da emergência de novas forças dominantes na economia e na política internacional (EUA, URSS, Japão) e da descolonização na Ásia e África, surgem as primeiras análises pós-colonialistas sobre a História da Roma Antiga de uma perspectiva não mais eurocêntrica. Ver autores como Badian (1968) e Veyne (1975).

<sup>3</sup> Deve-se ressaltar que essa percepção do impacto dos povos extra-românicos como um grande processo já é antiga. Nas Considerações sobre as causas da Grandeza dos Romanos, escritas por Montesquieu em 1747, já iremos encontrar a seguinte passagem: “Não foi uma determinada invasão que destruiu o Império, mas todas as invasões. Depois da que foi muito generalizada no reino de Galo, ele pareceu restabelecer-se, pois não havia perdido terrenos. Entretanto, paulatinamente, deslizou da decadência para a queda, até ser subitamente prostrado no reinado de Arcádio e de Honório” (Montesquieu, 2002, p.158). É interessante já identificar a presença do contraste entre os conceitos de “decadência” e “queda” em Montesquieu, em um texto que precede a célebre Análise de Gibbon algumas décadas depois. Merece destaque também a percepção do processo como sujeito a pequenas idas e vindas, apesar do paulatino caminho para o inevitável colapso.

<sup>4</sup> Além de Lot, outro autor que acompanha esta linha interpretativa é A. H. Jones, com seu livro intitulado *Declínio do Mundo Antigo* (Jones, 1970).

<sup>5</sup> Sintetizaremos um conjunto de fatores que podem ser pontuados como desdobramentos importantes da Crise do século III: Empobrecimento da população, gerando confrontos sociais; Desmonetarização e crescimento da economia natural; Centralização do poder imperial, em detrimento da antiga autoridade senatorial; Petrificação da sociedade em segmentos bem definidos; Burocratização e militarização do poder; Intensificação de exigências fiscais; Penetrações dos povos “bárbaros”; Desenvolvimento de um novo sentimento religioso. Sobre a crise do século III e seus efeitos, ver Fernández Urbina, 1982.

<sup>6</sup> Para uma análise bibliográfica crítica sobre Orosio, ver Vilella, 2000, p. 94-121.

<sup>7</sup> Registram-se incursões godas nas províncias romanas da península Balcânica, e que entre 270 e 275 chegam a impor aos romanos o abandono das terras da Dácia, que passam a ocupar. São precisamente os godos que vivem entre os rios Danúbio e Dniester, que passam a receber a denominação de “visigodos”. Enquanto isso, os godos pertencentes a um outro ramo, estabelecido na Ucrânia, passariam a ser chamado de “ostrogodos”.

<sup>8</sup> Em um artigo extremamente relevante sobre o tema do fim do mundo antigo, Gilvan Ventura chama atenção para o fato de que “a tendência a se atribuir aos ‘bárbaros’ uma maior responsabilidade nos acontecimentos que irão culminar com a desagregação do Império Romano remonta até Comodiano e Ambrósio (séculos III e IV respectivamente)” (Ventura, 2001, p.7).

<sup>9</sup> *Cidade de Deus (De civitate Dei contra paganos)* foi escrita entre 413 e 426 em 22 livros, e sua elaboração foi essencialmente motivada como uma resposta às agressivas críticas que vinham sendo veiculadas pelos habitantes pagãos de Roma à adoção do Cristianismo como culto único permitido no Império, conforme o edito de Teodósio I em 391. Com a pilhagem de Roma por Alarico em 410, estava a ponto de eclodir uma revolta entre os romanos não cristãos, para os quais aquilo que eles consideravam como uma “invasão bárbara” seria uma resposta dos deuses pagãos ao abandono de seu culto pelo povo romano, e é nesse contexto histórico que Santo Agostinho busca retratar a *Cidade de Deus* como uma cidade eterna e imortal que todo cristão deveria buscar para a morada eterna, em franca contraposição à cidade terrestre, transitória e sujeita às ambições humanas. Para sustentar sua defesa do cristianismo e a concomitante crítica do Paganismo como fonte de corrupção e decadência dos costumes, Agostinho empreende uma longa e sistemática análise das teorias pagãs e platônicas.

<sup>10</sup> Um pouco anterior à obra de Gibbon, mas tocando em alguns pontos comuns, são as já mencionadas *Considérations sur les causes de la grandeur des romains et leur décadence*, escritas por Montesquieu em 1734.

<sup>11</sup> (1) Chastagnol, 1984, p.91-107, 1984 ; (2) Chastagnol, 1987, p.491-507.

<sup>12</sup> Cameron elaborou também uma obra mais generalizante sobre o período (1993).

<sup>13</sup> O texto, além de uma visão mais ampla sobre a cristianização do Império, é igualmente rico no que se refere ao exame das relações complexas entre pagãos e cristãos.

<sup>14</sup> Ainda considerando a produção historiográfica de Peter Brown, é oportuno lembrar que a discussão sobre a passagem prossegue neste autor por novas obras. Depois de *The world of late antiquity: AD 150-750* (1989), irá discutir questões mais transversais envolvidas pelo mesmo contexto histórico, como *Power and persuasion in late antiquity: towards a Christian empire* (1992), uma obra que se insere perfeitamente no intercurso da História Cultural com uma nova História Política, e que se dedica a discutir os mecanismos de imposição e circulação do poder para além da autoridade institucional. Na mesma linha de reflexão, simultaneamente cultural e política, virá uma de suas mais recentes obras: *Poverty and leadership in the later Roman Empire* (2002). Por outro lado, a preocupação mais específica com o Cristianismo aparece em *Authority and the sacred: aspects of the Christianisation of the Roman world* (1995) e em *The rise of Western Christendom: triumph and diversity, 200-1000 A.D.* (1996). Por fim, em 2000 irá escrever sua biografia sobre *Santo Agostinho* (Rio de Janeiro: Record, 2007), sendo oportuno notar que Santo Agostinho é um personagem histórico bem característico da zona de transição entre a Antiguidade e a Medievalidade.

<sup>15</sup> Conforme ressalta P. Martin, este conceito procede do vocábulo alemão *Spätantike*. Para uma discussão sobre esta questão e sobre o conceito de “Antiguidade Tardia”, ver Martin, 1976.

<sup>16</sup> Sobre a possibilidade de examinar o Império Romano em sua fase terminal como sistema complexo que se desagrega (ver Garcia, 2006.). Para um posicionamento conceitual acerca da Teoria da Complexidade, ver Stacey, 1996).

<sup>17</sup> Para exemplificar, podemos considerar uma revoada de pássaros como um sistema adaptativo complexo no qual, de modo a não se chocarem uns com os outros nos seus voos individuais, o conjunto de pássaros termina por constituir uma formação ordenada.

<sup>18</sup> (1) Mendes, 2002; (2) Ventura, 2002; (3) Frighetto, 2004. p.147-163. Destacamos ainda a obra produzida por Norma Musco Mendes e Gilvan Ventura da Silva, com o título *Repensando o Império Romano – perspectiva socioeconômica, política e cultural* (2006).

<sup>19</sup> Sainte-Croix, 1982. A outra obra mais conhecida de Sainte-Croix, também buscando aplicar a perspectiva do Materialismo Histórico aos estudos da Antiguidade, foi *The Origins of the Peloponnesian War* (1972).

## Referências

AGOSTINHO. *Cidade de Deus*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2000.

ANDERSON, Perry. *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

BARDIAN, E. *Roman Imperialism in the Late Republic*. Oxford: University Press, 1968.

BROWN, Peter. *O Fim do Mundo Antigo*. Lisboa: Verbo, 1971.

\_\_\_\_\_. *Power and persuasion in late antiquity: towards a Christian empire*. Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1992.

\_\_\_\_\_. *Poverty and leadership in the later Roman Empire*. Hanover, N.H./ London: University Press of New England, 2002.

\_\_\_\_\_. *Authority and the sacred: aspects of the Christianisation of the Roman world*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

\_\_\_\_\_. *The rise of Western Christendom: triumph and diversity, 200-1000 A.D.* Oxford: BH Blackwell, 1996.

\_\_\_\_\_. *Santo Agostinho*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

CAMERON, Averil. A. *Christianity and the rhetoric of Empire*. Berkeley: University of California Press, 1992.

- \_\_\_\_\_. *The Later Roman Empire*. London: Fontana Press, 1993.
- CHASTAGNOL, André. *Le Senat Romain à l'Époque Impériale*. Paris: Belles Lettres, 1992.
- \_\_\_\_\_. Les Fêtes Décennales de Septime-Sévère. In: *Bulletin de la Société Nationale des Antiquaires de France*. Paris, 7:91-107, 1984.
- \_\_\_\_\_. Aspects Concrets et Cadre Topographique des Fêtes Décennales des Empereurs à Rome. In: *L'Urbs: Espace Urbain et Histoire*. Rome: École Française de Rome, 1987. p.491-507.
- FERNÁNDEZ URBINA. *La crisis del siglo III y el fin del Mundo Antiguo*. Madrid: Akal, 1982.
- FERRIL, A. *A Queda do Império Romano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.
- FRIGHETTO, Renan. Da Antiguidade clássica á Idade Média: a ideia da *humanitas* na Antiguidade tardia Ocidental. In: *Revista Temas Medievales*, jan/dez, nº12. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Estudios Medievales, 2004. p.147-163.
- GARCIA, Gilberto Gonçalves. *A Desintegração da República Romana como Ordem na Desordem*. Revista da FAE, vol.4, nº2, 2006.
- GIBBON, Edward. *Declínio e Queda do Império Romano*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- JONES, A. H. M. *Déclin du Monde Antique*. Paris: Sirey, 1970.
- LE GOFF, Jacques. Decadência e progresso/reação. In: ROMANO, R. (org.). *Enciclopédia Einaudi; memória/história*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.
- LOT, Ferdinand. *Fim do mundo antigo e início da Idade Média*, Lisboa: Edições 70, 1985.
- MacMULLEN, Ramsay. *Christianizing the Roman Empire*. New Haven: Yale University Press, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Enemies of the Roman Order*. London: Routledge, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Soldier and Civilian in the Later Roman Empire*. Cambridge: Harvard University Press, 1963.
- \_\_\_\_\_. The preacher's audience (AD 350-400). *Journal of Theological Studies*, n. 40, 1989.
- MARROU, Henri. *Decadência Romana ou Antiguidade Tardia?* Madrid: Rialp, 1980.
- MARTIN, P. Qu'est-ce que l'Antiquité "Tardive"? Réflexions sur un problème de périodisation. In: CHEVALLIER, R. (ed.). *Aiôn – le temps chez les romains*. Paris: Picard, 1976.
- MENDES, Norma Musco. *Sistema Político do Império Romano do Ocidente: um modelo de colapso*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MENDES, Norma Musco e VENTURA, Gilvan. *Repensando o Império Romano – perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Vitória: EDUFES, 2006.

MONTESQUIEU. *Considerações sobre as causas da Grandeza dos Romanos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

OROSIO, Paolo. *História contra os Pagãos*. Braga: 1986.

PIGANIOL, A. *L'Empire chretien*. Paris: Hier, 1972.

PIRENNE, Henri. *Maomé e Carlos Magno*. Lisboa: Edições Dom Quixote, 1985. [orig: 1935-1937].

SAINTE-CROIX, Geoffrey Ernest Maurice. *The Class Struggle in the Ancient Greek World: From the Archaic Age to the Arab Conquests*. Cornell University Press, 2007. Oxford: Duckworth, 1982.

\_\_\_\_\_. *The Origins of the Peloponnesian War* (Oxford: Duckworth, 1972).

STAERMAN, E. M. La caída de régimen esclavista. In: ARCINIEGA, A. M. P. *La transición del esclavismo al feudalismo*. Madri: Akal, 1976.

STACEY, Ralph D. *Complexity and creativity in organizations*. San Francisco: Berrett-Koehler, 1996.

VENTURA, Gilvan. O Fim do Mundo Antigo: uma discussão historiográfica. In: *Revista Mirabilia*, nº1, 2002. <http://www.revistamirabilia.com/Numeros/Num1/ofim.html>.

VEYNE, Paul. Y-a-t-il eu un imperialisme romain? *Mélanges de l'École Française de Rome Antiquité*. 87 :793-855, 1975.

VILELLA, J. Biografia crítica de Orosio, *Jahrbuch für Antike und Christentum* 43 (2000), p. 94-121.

WARD PERKINS, Brian. *A Queda de Roma e o Fim da Civilização*. Lisboa: Aletheia, 2005.

WEBER, Max. As causas sociais do declínio da cultura antiga. In: ARCINIEGA, A. M. P. *La transición del esclavismo al feudalismo*. Madri: Akal, 1976.